

FMI ampliará recursos e prazo para as reformas

Washington — Ao final de mais uma reunião semestral de seu comitê interino, ontem à tarde, o Fundo Monetário Internacional demonstrou estar mais sensível à realidade política dos países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, concluiu-se que se deve aumentar, de 18 meses para três a quatro anos, o prazo para que essas nações realizem as reformas econômicas exigidas pelo Fundo em troca de seus empréstimos.

Além disso, o comitê — que é formado por 22 ministros apontados pelos 151 países que fazem parte do FMI — concordou que essa instituição ponha maiores recursos à disposição dos necessitados: “E em circunstâncias excepcionais”, diz o comunicado oficial, acrescentando que “se deve permitir o acesso (desses países) a um volume maior do que o limite a que atualmente tem direito” (O Brasil tem direito, atualmente, a retirar do Fundo até 83% das quotas do país na organização, o que representa cerca de US \$ 1,3 bilhão).

Ao comunicar as novidades, que — como ele próprio admitiu — vinham sendo elaboradas desde

que assumiu o posto, há um ano, o diretor Gerente do FMI, Michel Camdessus, disse que o avanço na restauração dos investimentos e no crescimento da demanda, nos países devedores, tem sido inadequado.

“O peso da dívida externa continua sendo a maior fonte de preocupações”, — afirmou Camdessus. “O Fundo deve continuar a apoiar as medidas baseadas no mercado, acordadas voluntariamente entre os devedores e os credores, e que ajudariam a restaurar o acesso normal ao financiamento externo num período de tempo razoável”, afirmou. Ao comentar essa visível mudança de estratégia, Camdessus disse que ela não deveria ser definida como uma demonstração de “flexibilidade” do Fundo, mas sim como um sinal dos tempos.

“Eu não costumo usar muito a palavra flexibilidade. Prefiro dizer “adaptabilidade” — comentou Camdessus. A conversão de parte da dívida em investimentos, e outras formas de troca, não configuram para ele uma forma totalmente eficiente para se solucionar o problema da dívida externa. Outras táticas seriam

necessárias. “A conversão, em geral, produz seus efeitos apenas por um certo período. Durante esse tempo, então, um esforço firme de ajuste precisa ser apoiado por uma injeção apropriada de financiamento adicional” — disse Camdessus.

Segundo a análise do comitê interino, a receita para os devedores se recuperarem exigem três medidas próprias: a adoção de políticas apropriadas para melhorar não só a quantidade como a qualidade dos investimentos internos, além de desencorajar a fuga de capitais e manter uma competitividade externa. “Em alguns países, é necessário ainda se fazer grandes esforços para reduzir os déficits do setor público e adotar taxas de juros mais realistas”, diz o comunicado oficial do FMI.

O Comitê interino advertiu, ainda, que nesta equação estão bem definidos os limites das instituições financeiras, multilaterais: “Não se deve caber aos credores privados e a outros credores oficiais. A participação de outros parceiros nessa estratégia permanece essencial para a resolução do problema da dívida”, afirmou.